

RACISMO E DISCRIMINAÇÃO NO ÂMBITO DA SAÚDE: VIVÊNCIAS DE UNIVERSITÁRIAS NEGRAS

Alessandra Alexandre Salgueiro¹, José Wellington Silva de Moura², Lourhany Olinda Silva³, Tércila Cristina de Oliveira Cordeiro⁴, João Paulo Xavier Silva⁵

Resumo: Introdução: O preconceito étnico racial tem se conformado cada vez mais como um problema social a ser combatido e minimizado. **Objetivo:** Analisar a vivência do racismo e discriminação no âmbito de saúde em universitárias negras. **Metodologia:** É um estudo exploratório, com abordagem qualitativa que busca investigar dúvidas, necessidades e sentimentos de mulheres negras diante de questões racistas. A pesquisa foi realizada na Universidade Regional do Cariri, no período de abril a junho de 2018, em consonância com a disciplina Gênero, sexualidade e saúde do curso de enfermagem. Os sujeitos foram as universitárias que auto se declaram negras. Aplicou-se uma entrevista com perguntas subjetivas e os dados foram avaliados e agrupados em categorias conforme seu conteúdo para discussão. **Resultados e Discussão:** Percebeu-se que o racismo no âmbito da saúde é de maneira sutil, as entrevistadas citam que o que mais ocorre é a negação de assistência, os olhares tortos ou o não tratamento adequado. **Conclusão:** As participantes demonstraram não sofrer preconceito no âmbito de saúde de forma direta, mas por vezes notaram um “olhar torto”.

Palavras-chave: Racismo. Mulheres negras. Saúde.

1 Universidade Regional do Cariri, email: alessandrasalgueiro5@gmail.com

2 Universidade Regional do Cariri, email: jwellingtonsilvamoura@gmail.com

3 Universidade Regional do Cariri, email: lourhanyolinda@outlook.com

4 Universidade Regional do Cariri, email: tarcila1690@gmail.com

5 Universidade Regional do Cariri, email: jpxavier.enf@gmail.com

1. Introdução

As mulheres negras constituem cerca de 55,6 milhões da população brasileira e são elas que vem lutando e resistindo de diversas formas e construindo soluções criativas para suportar a discriminação. O corpo negro feminino é, sem dúvida nenhuma, alvo de atrocidades desde a maternidade e o parto violentados, desumanizadas na sua dor, subavaliadas no mercado de trabalho, mesmo estando em condições iguais (MASSIGNAM, 2015). Racismo mata, perpetua processos de exclusão e empobrecimento e as mulheres negras são suas maiores vítimas. Não há como não o discutir, não há mais como voltar atrás e não avançarmos em encarar um dos maiores problemas da sociedade brasileira, o racismo estrutural e estruturante das relações em todos os níveis por aqui. O racismo se manifesta de distintas formas e que preconiza a categorização dos grupos, atribuindo a alguns deles valores e significados sociais negativos que servem de justificativa para seu tratamento desigual (VARGA; BATISTA, 2016). Estudos brasileiros identificam condições de vulnerabilidade, incluindo problemas de acessibilidade aos serviços de saúde, relacionadas a processos de estigmatização racial e esses processos originam-se ao mesmo tempo em que afetam as condições de vida e o estado de saúde de determinados grupos, a exemplo da população negra (PRESTES; PAIVA, 2016). O chamado racismo institucional se caracteriza por práticas, atitudes e comportamentos que encerram em discriminação étnica no interior de uma entidade ou organização, apesar de não aparecer abertamente, em virtude das leis que caracterizam o racismo enquanto crime. No caso dos serviços de saúde, se determina pela desigualdade no atendimento devido à cor do usuário, que se manifestam através de negligência no atendimento, insultos ou a dificuldade no fornecimento do serviço, além disso, profissionais da saúde negros também sofrem discriminação no interior das unidades de saúde, sobretudo por ser uma área majoritariamente de pessoas brancas (WERNECK, 2016). Diante do exposto, faz-se necessário delinear ferramentas que apoiem a observação e análise acerca da presença e do impacto do racismo institucional nos organismos e políticas dirigidas a proteção social, bem como oferecer suporte para a ação de enfrentamento ao racismo institucional. Essas ações devem ser realizadas através de intervenções coordenadas nos diversos setores, visando à melhoria das políticas públicas de modo geral, para que isso

I Semana Universitária da URCA/UDI

*26 a 30 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri*

gere mudanças positivas no estado de saúde da população, reduzindo-se as disparidades e as iniquidades.

2. Objetivo

Analisar a vivência do racismo e discriminação no âmbito de saúde em universitárias negras.

3. Metodologia

Trata-se de um estudo de cunho prático e exploratório, com abordagem qualitativa que busca investigar dúvidas, necessidades e sentimentos de mulheres negras diante das questões que se diz respeito à referida temática. A pesquisa foi realizada na Universidade regional do Cariri-URCA, Unidade Descentralizada de Iguatu-UDI. A pesquisa foi realizada na Universidade Regional do Cariri, no período de abril a junho de 2018, em consonância com as atividades da disciplina Gênero, sexualidade e saúde do curso de enfermagem. Os sujeitos foram as universitárias do curso de enfermagem que auto se declaram negras, contemplado 10 participantes. Aplicou-se uma entrevista com perguntas subjetivas a partir de um roteiro temático, constituídos de 05 questionamentos: “Estudos apontam que a mortalidade entre mulheres negras é 2 a 3 vezes maior quando comparada com a mortalidade entre brancas. Em sua opinião porque ocorre desta forma?”; “O que você sabe a respeito do racismo na saúde?”; “Já presenciou ou foi alvo de racismo na saúde? Como foi essa experiência?”; “Você acredita que pode ocorrer tanto na rede pública de saúde, quanto na privada?”; “Acredita que algo pode ser feito a respeito?”. A análise dos dados se deu através da análise do conteúdo, por meio do processo de disposição e organização do material coletado, com uma leitura apurada dos discursos e valorizando o seu contexto, os dados foram avaliados e agrupados em categorias temáticas conforme seu conteúdo para discussão. A realização da pesquisa obedeceu a Resolução nº 466/12, a qual preza pela ética e respeito em estudos que envolvem seres humanos. Apoiando-se de forma fidedigna nos princípios que esta resolução preconiza, garantindo os privilégios e deveres dos participantes envolvidos.

4. Resultados

De acordo com as entrevistadas, foi possível perceber que o racismo contra a mulher negra, mesmo que não ocorra de forma explícita, está presente na maioria dos ambientes

e de varias formas diferentes. O fato da sociedade ainda desfavorecer de maneira significativa esse público, faz com que o índice de mortalidade das mesmas aumente. A maioria da população negra é pobre, não podendo arcar com despesas que o sistema, muitas vezes, negligencia. O racismo no âmbito da saúde é visto como algo sutil e implícito é citado que o que mais ocorre é a negação de assistência, olhares tortos ou não tratando a pessoa de forma correta somente pelo fato de ser negra. O racismo institucional está diretamente ligado à forma como a sociedade está estruturada e com a falta de reconhecimento da cidadania plena da população negra, resultando na redução do acesso integral a bens e serviços de qualidade, menor participação e negligência das necessidades específicas, potencializando agravos à saúde (BRASIL, 2016). Os profissionais se sentem altamente qualificados para lidar com todas as situações, mas ao se depararem com a diversidade existente, demonstram que ainda há muito a desejar nesse aspecto. Mesmo assim, o racismo pode e acontece em qualquer outro local, principalmente com o fluxo maior de pessoas, não somente no âmbito da saúde. Diante disso, é imprescindível uma qualificação dos profissionais, de forma individual e coletiva, para que sejam discutidas maneiras de evitar tal situação. Além disso, os profissionais precisam ter mais respeito pelas pessoas que os procuram, evitando agir de forma a constranger os clientes. Diminuir o preconceito, mostrando que todos temos os mesmos direitos e que, independente de raça ou cor, ninguém está excluído da sociedade ou tem menos benefícios que os outros. É necessário aprender a ver o outro como ser humano, tratar e acolher todos sem distinção e saber que o respeito é o primeiro passo para combater o racismo em qualquer local.

5. Conclusão

Todas as formas de preconceito especialmente o racismo devem ser combatidas, pois não é cabível que haja distinção entre pessoas seja por raça, etnia, credo, gênero e outros fatores, ainda mais se tratando de preconceito no âmbito da saúde, visto que esta deve-se pautar por princípios básicos como a equidade, atendendo a todos igualmente. Neste trabalho, abordamos o tema do racismo contra as mulheres negras, racismo este que é o resultado de fatores sociais, além das desigualdades associadas aos papéis atribuídos ao gênero masculino e feminino e as diferenças que historicamente existem entre brancos e negros. No Brasil, raça e etnia são elementos fundamentais para a compreensão e enfrentamento ao processo de violação de direitos

I Semana Universitária da URCA/UDI

26 a 30 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

das mulheres, sobretudo negras dentro e fora de casa. Os estereótipos preconceituosos são agravados pela história escravagista que possuímos de objetificação e subalternidade que reforçam mitos racistas como o da mulher negra vista como objeto sexual sempre disponível. As mulheres que foram ouvidas para a construção do presente estudo, demonstraram não sofrer preconceito no âmbito de saúde de forma direta, mas por vezes notaram um “olhar torto” e um atendimento diferenciado, o que evidencia que mesmo que não aconteça de forma explícita, o racismo ainda está presente no atendimento de saúde. Para a quebra do racismo institucional, precisa-se de políticas públicas que causem uma desracialização de reflexões acerca do assunto e que essas políticas possuam medidas que combatam e gerenciem a população conforme um olhar racial. Por tanto, faz-se necessários além da criação de políticas, a estimulação de discussões sobre o tema e desenvolver estudos que dêem visibilidade as desigualdades e possam contribuir para o entendimento de como as discriminações atuam sobre a saúde da população negra.

6. Referências

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução CNS N° 466 de 12 de dezembro de 2012**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. **Temático Saúde da População Negra / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Articulação Interfederativa. - Brasília: Ministério da Saúde, 2016**. 82 p. : il. (Painel de Indicadores do SUS; v. 7, n. 10).

MASSIGNAM, F. M.; BASTOS, J. L. D.; NEDEL, F. B.; Discriminação e saúde: um problema de acesso. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 24(3): 541-544, jul-2015**.

PRESTES, C. R. S.; PAIVA, V. S. F.; Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência. **Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.3, p.673-688, 2016**.

I Semana Universitária da URCA/UDI

*26 a 30 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri*

TRALD, L. A. B.; CASTELLANOS, M. E. P.; GUIMARÃES, M. C. S.; Acessibilidade à atenção básica a famílias negras em bairro popular de Salvador, Brasil. **Rev. Saúde Pública** 2012;**46(6):1007-13.**

WERNECK, J.; Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde soc. São Paulo v.25, n° 3, p 535-549. 2016.**

VARGA, I. V. D.; BATISTA, L. E.; Saúde da população negra e da mulher como políticas públicas e campos intelectuais: subsídios para um estudo de caso sobre o racismo institucional sistêmico. **Saúde soc. vol.25 no.3 São Paulo July/Sept. 2016.**